

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E  
TELÉGRAFOS - ECT

Relatório do auditor independente

Informações financeiras trimestrais  
Em 30 de setembro de 2017

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Informações financeiras trimestrais  
Em 30 de setembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações financeiras trimestrais

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às informações financeiras trimestrais

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT  
Brasília - DF

### Introdução

Revisamos as informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ("Empresa"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração das informações financeiras trimestrais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações financeiras trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Base para conclusão com ressalvas

Limitações de escopo sobre as provisões de benefícios pós emprego do plano de benefícios previdenciários BD

Conforme descrito na nota explicativa nº12.1.1, a ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, denominada "Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS" e possui consignado em suas demonstrações financeiras provisões para benefícios pós emprego, no montante de R\$1.838 milhões, em 30 de setembro de 2017. Entretanto, nossa revisão evidenciou as seguintes situações:

- i) Em 30 de setembro de 2017, o plano de benefícios BD possui em sua carteira ativos terceirizados junto a determinados administradores de fundos de investimentos financeiros e que apresentam indícios de redução ao valor recuperável no valor justo desses ativos, tais como: a) baixos índices de liquidez e solvência de certas empresas investidas pelos Fundos; b) incertezas significativas quanto à continuidade operacional de certas empresas e companhias investidas pelos Fundos; c) modificações e ou abstenções de opinião nos relatórios de outros auditores independentes responsáveis pelas auditorias das demonstrações financeiras de determinadas empresas investidas pelos Fundos; d) ausência de demonstrações financeiras auditadas e atualizadas de certos investimentos da carteira de ativos da entidade de previdência complementar; e) fundos de Investimentos em participações sob investigações em curso de autoridades brasileiras no âmbito das chamadas operações Lava Jato e Greenfiel; f) instauração de procedimentos administrativos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM para apurar a eventual prática de irregularidades de investimentos realizados com recursos da patrocinadora; e g) o relatório com abstenção de opinião do Postalís - Instituto de Previdência Complementar emitido em 26 de julho de 2017, relativo ao Plano BD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- ii) A determinação do montante da provisão para benefícios pós emprego do plano BD levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50% (cinquenta por cento), cujos critérios, em nosso entendimento, divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15;
- iii) Atualmente a Empresa continua em processo de contratação de serviços especializados atuariais para análises de conformidade e consistência das folhas de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA. O resultado desse trabalho, poderá, eventualmente, resultar em reconhecimentos de novas provisões para benefícios pós emprego do plano de benefícios previdenciários BD.

Considerando os indícios de redução ao valor recuperável em relação ao valor justo dos ativos, utilizado na avaliação atuarial, bem como em função dos assuntos descritos nos itens ii) e iii), acima, não foi possível determinar por meio de procedimentos alternativos de auditoria qual seria o impacto, se houver, sobre o valor das provisões de benefícios pós emprego no montante de R\$1.838 milhões, bem como sobre os respectivos créditos tributários constituídos sobre essas provisões.

Ativo contingente reconhecido às demonstrações financeiras e desreconhecimento contábil de ativos e passivos fiscais diferidos

Amparada nos julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, a ECT, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.3, a Empresa discute e questiona, no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que a totalidade dos seus serviços prestados está abrangida pela imunidade recíproca (CF, art. 150, VI, "a", e § 2º e 3º), considerando que a ECT seria uma extensão das atividades da união (longa manus). A Administração da ECT, com base na classificação de êxito como "provável de ganho" recomendada por sua assessoria jurídica e pela atual jurisprudência favorável sobre o tema, decidiu elaborar e apresentar as Informações Financeiras Trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2017 no pressuposto de sua imunidade tributária, dessa forma, no referido trimestre foi consignado em suas Informações Financeiras Trimestrais o acréscimo do ativo em R\$ 12.8 mil perfazendo o saldo acumulado de R\$ 1.430 milhões, a título de tributos a recuperar em função dos pagamentos indevidos ocorridos. Entretanto, considerando o atual estágio que se encontram as referidas discussões junto à RFB e PGFN, a classificação de risco atribuída pela assessoria jurídica ao mérito e as dificuldades operacionais a serem superadas para que os pedidos de restituições sejam homologados, o referido ativo, nesse momento, é caracterizado como "ativo contingente", conseqüentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 1.430 milhões e R\$ 723 milhões, respectivamente.

#### Conclusão sobre as informações financeiras trimestrais com ressalvas

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como "Base para conclusão com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Financeiras Trimestrais.

#### Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Empresa apresenta prejuízos acumulados, elevados custos assistenciais e previdenciais com seus funcionários e responde a um volume relevante de contingências de natureza cíveis, fiscais, trabalhistas e criminais. Esses fatos indicam a possível existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1 emitidas para o exercício de 2016. As Informações Financeiras Trimestrais mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. A continuidade operacional da ECT dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de seu controlador. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Demonstrações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Demonstrações Contábeis Intermediárias tomadas em conjunto.

### Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos nosso relatório datado em 20 de junho de 2017, com as mesmas modificações e ênfases mencionadas acima. As informações financeiras trimestrais referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram revisadas por nós nem outros auditores independentes.

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2018.

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS

3º Trimestre

2017

## SUMÁRIO

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente – DRA	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC	6
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	7

### NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto operacional	8
NOTA 2 – Resumo das principais práticas e políticas contábeis	9
NOTA 3 – Caixa e equivalentes de caixa	10
NOTA 4 – Contas a receber	12
NOTA 5 – Estoques	13
NOTA 6 – Outros valores e bens	13
NOTA 7 – Ativo não circulante	15
NOTA 8 – Investimentos	17
NOTA 9 – Imobilizado	17
NOTA 10 – Intangível	18
NOTA 11 – Passivo circulante	18
NOTA 12 – Passivo não circulante	22
NOTA 13 – Patrimônio líquido	26
NOTA 14 – Demonstração do Resultado	27
NOTA 15 – Contribuição social sobre o lucro	30
NOTA 16 – Partes relacionadas	32
NOTA 17 – Outras informações	34



## BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16
<b>Circulante</b>		<b>3.610.672</b>	<b>4.386.777</b>	<b>3.639.275</b>	<b>4.417.674</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	920.094	1.689.027	947.010	1.718.673
Contas a Receber	4	2.173.935	2.134.685	2.173.935	2.134.685
Estoques	5	74.107	81.257	74.107	81.257
Outros Valores e Bens	6	442.536	481.808	444.223	483.059
Créditos com Pessoas Ligadas	6.1	42.601	55.227	42.601	55.199
Adiantamentos	6.2	220.717	130.649	220.717	130.649
Impostos e Encarg. Sociais a Compensar	6.3	154.521	276.952	156.208	278.231
Cobrança Jurídica/Inadimplência	6.4	5.851	5.347	5.851	5.347
Outros Créditos	6.5	18.846	13.633	18.846	13.633
<b>Não-Circulante</b>	<b>7</b>	<b>10.275.832</b>	<b>10.101.670</b>	<b>10.247.238</b>	<b>10.070.773</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.003.602</b>	<b>2.773.394</b>	<b>3.003.070</b>	<b>2.771.035</b>
Aplicações	3.3	554.993	354.956	554.993	354.956
Outras Aplicações - DPV	7.1.1	4.411	4.411	4.411	4.411
Imóveis Funcionais Vendidos		18	18	18	18
Tributos Diferidos		658.220	661.268	658.220	661.268
Depósitos Judiciais	7.2	114.335	111.875	114.335	111.875
Valores a Compensar	7.3	1.569.303	1.535.650	1.569.303	1.535.650
Convênio Postal Saúde	7.4	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros	7.5	2.322	5.216	1.790	2.857
<b>Investimentos</b>	<b>8</b>	<b>724.495</b>	<b>575.838</b>	<b>696.433</b>	<b>547.300</b>
Investimentos permanentes	8.1	696.467	547.334	696.467	547.334
(-) Perda ao Valor Recuperável		(34)	(34)	(34)	(34)
CorreiosPar	8.2	28.062	28.538	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>9</b>	<b>6.455.867</b>	<b>6.646.491</b>	<b>6.455.867</b>	<b>6.646.491</b>
Imóveis		5.536.678	5.671.243	5.536.678	5.671.243
(-) Depreciação Acumulada		(380.265)	(329.909)	(380.265)	(329.909)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.210.790	3.115.612	3.210.790	3.115.612
(-) Depreciação Acumulada		(1.860.410)	(1.759.529)	(1.860.410)	(1.759.529)
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>91.868</b>	<b>105.947</b>	<b>91.868</b>	<b>105.947</b>
Softwares		360.385	351.928	360.385	351.928
(-) Amortização		(268.517)	(245.981)	(268.517)	(245.981)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>13.886.504</b>	<b>14.488.447</b>	<b>13.886.513</b>	<b>14.488.447</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/17	31/12/16	30/09/17	31/12/16
<b>Circulante</b>	<b>11</b>	<b>4.338.126</b>	<b>3.932.684</b>	<b>4.338.135</b>	<b>3.932.684</b>
Fornecedores	11.1	659.828	785.733	659.828	785.733
Salários e Consignações	11.2	1.588.073	1.192.310	1.588.073	1.192.310
Encargos Sociais	11.3	177.141	260.903	177.141	260.903
Impostos e Contribuições	11.4	105.238	162.322	105.247	162.322
Obrigações Trabalhista	12.6	93.777	-	93.776	-
Arrecadações e Recebimentos	11.5	46.280	48.480	46.280	48.480
Adiantamentos de Clientes	11.6	3.709	5.433	3.709	5.433
Contas Internacionais a Pagar	11.7	80.119	86.149	80.119	86.149
Precatórios Judiciais	11.8	118.278	89.145	118.278	89.145
Provisões com Patrocinadas/Mantidas	11.9	422.162	410.054	422.162	410.054
Empréstimos e Financiamentos	11.10	135.772	999	135.772	999
Participação nos Lucros e Resultados	11.11	26.415	26.600	26.415	26.600
Receitas a Apropriar	11.12	20.788	19.068	20.788	19.068
Benefício Pós Emprego	12.1	421.992	421.992	421.992	421.992
Obrigações financeiras a pagar	11.13	340.088	290.720	340.088	290.720
Convênio Postal Saúde	11.14	80.561	76.857	80.561	76.857
Outros Débitos	11.15	17.905	55.919	17.905	55.919
<b>Não-Circulante</b>	<b>12</b>	<b>11.149.550</b>	<b>10.269.681</b>	<b>11.149.550</b>	<b>10.269.681</b>
Empréstimos e Financiamentos	11.10	590.506	720.924	590.506	720.924
Benefício Pós Emprego	12.1	8.426.559	8.006.643	8.426.559	8.006.643
Passivos Contingentes	12.2	368.593	474.740	368.593	474.740
Tributos Compensados	12.3	13.353	11.203	13.353	11.203
Tributos Diferidos	12.4	471.443	473.321	471.443	473.321
Mandados e Precatórios	12.5	78.925	18.642	78.925	18.642
Obrigações financeiras a pagar	11.13	352.630	564.208	352.630	564.208
Obrigações Trabalhistas	12.6	847.541	-	847.541	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>13</b>	<b>(1.601.172)</b>	<b>286.082</b>	<b>(1.601.172)</b>	<b>286.082</b>
Capital	13.1	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	13.2	4.469.390	4.488.380	4.469.390	4.488.380
Outros Resultados Abrangentes	13.3	(4.006.191)	(3.965.979)	(4.006.191)	(3.965.979)
Prejuízos Acumulados	13.4	(5.243.829)	(3.415.777)	(5.243.829)	(3.415.777)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13.886.504</b>	<b>14.488.447</b>	<b>13.886.513</b>	<b>14.488.447</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora				Consolidado			
		3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	14.1	<b>4.358.052</b>	<b>4.578.329</b>	<b>12.706.716</b>	<b>13.064.455</b>	<b>4.358.052</b>	<b>4.578.329</b>	<b>12.706.716</b>	<b>13.064.455</b>
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	14.2	(4.259.045)	(3.970.078)	(11.881.154)	(11.414.891)	(4.259.045)	(3.970.078)	(11.881.154)	(11.414.891)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>99.007</b>	<b>608.251</b>	<b>825.562</b>	<b>1.649.564</b>	<b>99.007</b>	<b>608.251</b>	<b>825.562</b>	<b>1.649.564</b>
Despesas com vendas/serviços	14.3	(87.480)	(108.023)	(179.771)	(228.738)	(87.480)	(108.023)	(179.771)	(228.738)
Despesas Gerais e Administrativas	14.4	(447.182)	(955.460)	(2.647.510)	(2.724.127)	(447.860)	(957.319)	(2.650.316)	(2.728.134)
Resultado de participação em controlada	14.5	23	(834)	(476)	(823)	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	14.6	40.182	64.964	154.053	157.160	40.182	64.964	154.053	157.161
Outras Despesas Operacionais	14.7	(20.724)	(44.314)	(57.452)	(114.545)	(20.758)	(44.363)	(57.566)	(114.700)
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(416.174)</b>	<b>(435.416)</b>	<b>(1.905.594)</b>	<b>(1.261.509)</b>	<b>(416.909)</b>	<b>(436.490)</b>	<b>(1.908.038)</b>	<b>(1.264.847)</b>
Receitas Financeiras	14.8	79.339	82.368	244.612	236.125	80.075	83.418	247.058	239.467
Despesas Financeiras	14.9	(67.764)	(115.499)	(320.016)	(436.201)	(67.765)	(115.508)	(320.018)	(436.213)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>11.575</b>	<b>(33.131)</b>	<b>(75.404)</b>	<b>(200.076)</b>	<b>12.310</b>	<b>(32.090)</b>	<b>(72.960)</b>	<b>(196.746)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(404.599)</b>	<b>(468.547)</b>	<b>(1.980.998)</b>	<b>(1.461.585)</b>	<b>(404.599)</b>	<b>(468.580)</b>	<b>(1.980.998)</b>	<b>(1.461.593)</b>
Imposto de Renda	15.1	-	-	70.849	-	-	25	70.849	8
Contribuição Social	15.1	-	-	61.230	-	-	8	61.230	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(404.599)</b>	<b>(468.547)</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>	<b>(404.599)</b>	<b>(468.547)</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	30/09/16	30/09/17	30/09/16
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>
<b>Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício</b>				
Aumento/redução da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(60.927)	-	(60.927)	-
Aumento/redução do imposto de renda relacionado com itens de outros resultados abrangentes	20.715	-	20.715	-
<b>Aumento/redução em outros resultados abrangentes</b>	<b>(40.212)</b>	<b>-</b>	<b>(40.212)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.889.131)</b>	<b>(1.461.585)</b>	<b>(1.889.131)</b>	<b>(1.461.585)</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS			RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
			LEGAL	INVESTIMENTOS	LUCROS A REALIZAR				
2016	Saldo em 31/12/15	3.179.458	-	-	-	(1.955.714)	(3.036.788)	3.275.631	1.462.587
	Resultado do período					(1.461.585)			(1.461.585)
	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	-	20.942	-	(20.942)	-
	Saldo em 30/09/16	3.179.458	-	-	-	(3.396.357)	(3.036.788)	3.254.689	1.002
2017	Saldo em 31/12/16	3.179.458	-	-	-	(3.415.777)	(3.965.979)	4.488.380	286.082
	Resultado do período	-	-	-	-	(1.848.919)	-	-	(1.848.919)
	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	-	20.868		20.868	-
	Realização Tributária do Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP							1.878	1.878
	Outros Resultados Abrangentes						(40.212)		(40.212)
Saldo em 30/09/17	3.179.458	-	-	-	(5.243.829)	(4.006.191)	4.469.390	(1.601.171)	

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	30/09/16	30/09/17	30/09/16
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>
<u>Itens de Resultado que não interferem no Caixa</u>				
Depreciação e Amortização	247.378	206.066	247.378	206.066
Resultado de Participação em Controlada	476	823	-	-
Provisões	133.268	812.736	133.268	812.736
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	72.910	8.938	72.910	8.938
Receita de Variação Patrimonial	(18.566)	(6.902)	(18.566)	(6.902)
Imunidade Tributária	(33.469)	-	(33.469)	-
<u>Mutações Patrimoniais</u>				
Contas a Receber	(39.249)	379.517	(39.249)	379.517
Estoques	7.150	(21.124)	7.150	(21.124)
Convênio Postal Saúde	12.626	(16.845)	12.626	(16.845)
Outros Valores e Bens	147.770	(95.402)	147.362	(96.107)
Realizável a Longo Prazo	(154.346)	(600)	(154.346)	(600)
Fornecedores	(125.905)	(661.074)	(125.905)	(661.074)
Salários e Consignações	395.763	453.337	395.763	453.305
Outras Obrigações	1.043.134	403.141	1.041.288	401.756
Receitas Recebidas Antecipadamente	1.720	2.283	1.720	2.283
Provisões/Mandados e Precatórios	(223.177)	(360.235)	(223.177)	(360.235)
<b>Recursos Líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>(381.436)</b>	<b>(356.926)</b>	<b>(384.166)</b>	<b>(359.871)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aplicações Financeiras	(200.036)	452.488	(200.036)	452.488
Adições de Ativo Imobilizado	(184.439)	(176.845)	(184.439)	(176.845)
Adições de Ativo Intangível	(11.427)	(16.041)	(11.427)	(16.041)
Baixas do Ativo Imobilizado	3.997	2.608	3.997	2.608
Baixas das Propriedades para Investimento	55	-	55	-
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</b>	<b>(391.850)</b>	<b>262.210</b>	<b>(391.850)</b>	<b>262.210</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Empréstimos e Financiamentos	4.354	-	4.354	-
<b>Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>4.354</b>	<b>-</b>	<b>4.354</b>	<b>-</b>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(768.932)</b>	<b>(94.716)</b>	<b>(771.662)</b>	<b>(97.661)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora		Consolidado	
	30/09/17	30/09/16	30/09/17	30/06/16
<b>1 RECEITAS</b>	<b>13.364.724</b>	<b>14.123.728</b>	<b>13.365.200</b>	<b>14.124.551</b>
1.1 Receitas Operacionais	13.198.021	13.967.708	13.198.021	13.967.708
1.2 Perda de Credito de Liquidação Duvidosa	12.590	-	12.590	-
1.3 Receitas Não-Operacionais	39.703	10.925	39.703	10.925
1.4 Outras Receitas Operacionais	114.410	145.095	114.886	145.918
<b>2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>3.967.183</b>	<b>5.232.985</b>	<b>3.968.491</b>	<b>5.235.424</b>
2.1 Custo dos Serviços Prestados	3.696.744	4.167.149	3.696.744	4.167.149
2.2 Serviços Adquiridos de Terceiros	102.382	113.733	103.636	116.037
2.3 Materiais Consumidos	8.799	49.297	8.799	49.297
2.4 Propaganda e Comunicação	13.567	87.091	13.574	87.096
2.5 Utilidades e Serviços	(168)	2.979	(121)	3.006
2.6 Provisões diversas	145.859	812.736	145.859	812.839
<b>3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>9.397.541</b>	<b>8.890.743</b>	<b>9.396.709</b>	<b>8.889.127</b>
<b>4 RETENÇÕES</b>	<b>247.378</b>	<b>206.066</b>	<b>247.378</b>	<b>206.066</b>
4.1 Depreciação/Amortização	247.378	206.066	247.378	206.066
<b>5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>9.150.163</b>	<b>8.684.677</b>	<b>9.149.331</b>	<b>8.683.061</b>
<b>6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>244.612</b>	<b>236.124</b>	<b>247.058</b>	<b>239.467</b>
6.1 Receitas Financeiras	244.612	236.124	247.058	239.467
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>9.394.775</b>	<b>8.920.801</b>	<b>9.396.389</b>	<b>8.922.528</b>

II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
<b>7 REMUNERAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>8.879.080</b>	<b>7.970.606</b>	<b>8.880.373</b>	<b>7.971.986</b>
7.1 Salários, Honorários e Benefícios	8.421.384	7.510.220	8.422.607	7.511.526
7.2 Encargos Sociais	457.696	460.386	457.766	460.460
<b>8 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO</b>	<b>2.001.602</b>	<b>2.033.142</b>	<b>2.001.919</b>	<b>2.033.489</b>
8.1 INSS	1.227.714	1.177.841	1.227.911	1.178.027
8.2 Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSSL)	773.888	855.301	774.008	855.470
8.3 Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	(8)
<b>9 REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<b>363.012</b>	<b>378.638</b>	<b>363.016</b>	<b>378.638</b>
9.1 Aluguéis, juros, variação cambial	356.672	365.728	356.673	365.728
9.2 Outras remunerações a terceiros	6.340	12.910	6.343	12.910
<b>10 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>	<b>(1.848.919)</b>	<b>(1.461.585)</b>
10.1 Lucro/Reserva Retidos	(1.848.919)	(1.461.585)	(1.848.919)	(1.461.585)
<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO</b>	<b>9.394.775</b>	<b>8.920.801</b>	<b>9.396.389</b>	<b>8.922.528</b>

## NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília-DF, e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos, em todo o Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a Correiospar, com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020. No exercício de 2016, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias.

O Plano Estratégico Correios 2020 foi concebido com vistas a fornecer orientação clara e decisiva para os negócios da organização em relação a seu futuro. Para atender à Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016 foi necessário realizar nova avaliação do planejamento estratégico, fato que ocorreu no final do segundo semestre de 2016, quando iniciou-se o Programa de Transformação dos Correios, que apresenta como um dos objetivos a atualização da estratégia da empresa em conformidade com a referida lei.

### 1.1 – Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional dos Correios.

Em razão dos resultados negativos auferidos nos últimos dois exercícios e na busca atender à demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC, ações tem sido adotadas para reverter a atual situação dos Correios, bem como atender a recomendação do Conselho de Administração (CA) de se criar um Programa de Recuperação Financeira e da Qualidade dos Correios (PRFQ) para promover a geração de resultados positivos a serem refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. A Empresa decidiu, como uma das iniciativas para reversão, implantar o Programa de Transformação dos Correios, doravante denominado Programa “DEZ em 1”.

Para tanto, face à envergadura dessa iniciativa, foi contratado parceiro externo para apoiar nesse grande desafio de reverter a difícil situação econômico-financeira atual em que se encontram os Correios

No contexto do Programa “DEZ em 1”, que busca da reversão da atual situação financeira em que se encontra, com o objetivo de tornar os Correios uma empresa mais competitiva e melhorar a eficiência operacional, foi priorizada uma visão sistêmica e de caráter integrador, na estruturação das etapas a serem desenvolvidas: 1) O Planejamento do Programa; elaboração de um Plano de Gestão da Mudança e Monitoramento dos resultados das etapas de trabalho; 2) Apoio à revisão do Plano Estratégico vigente; a definição de um Modelo de Gestão Estratégica; 3) Apoio à definição e implantação de um modelo de planejamento e gestão orçamentária a partir da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ); 4) Adequações necessárias no modelo operacional, objetivando alinhamento ao novo Plano Estratégico; e 5) Priorização e otimização de Processos-chave.

Alinhada a essas iniciativas, os Correios vêm adotando uma série de ações com vistas a alavancar as suas atividades econômicas e promover a redução de custos, entre elas estão:

- Implantação de nova Política Comercial com revisão do portfólio de encomendas, desenvolvimento de novos produtos;
- Melhora na qualidade dos serviços prestados visando a redução do volume de indenizações pagas e conseqüentemente a qualidade das entregas encomendas;
- Redução dos custos com pessoal e encargos sociais, com a implementação do Programa de Demissão Incentivada - PDI e o Plano de Redução de Funções

Outra iniciativa que visa a redução de despesa está relacionada a decisão da Conciliação no Tribunal Superior do Trabalho sobre a forma de custeio do Plano de Saúde, que se aplicadas irão refletir diretamente na redução do cálculo do Pós-Emprego.

Apesar dos resultados negativos apresentados, os Correios, por serem uma empresa pública, não se submetem aos regimes falimentar e de recuperação disciplinados pela Lei de Falência, n.º 11.101/2005. A Empresa equipara-se à Fazenda Pública visto que presta serviços públicos, seguindo rito distinto dos aplicáveis aos empresários e as sociedades empresárias.

Mesmo em estado de insolvência, não pode ser decretada à organização pública a situação de falência, uma vez que a mesma é tida como um braço da União. Desse modo, os compromissos assumidos por ela são garantidos pelo Estado na condição de “subsidiário”. Portanto, numa situação de falência, mesmo que não decretada, cabe ao Estado fazer aportes de capital em suas organizações para que elas possam se reafirmarem no mercado e voltem a apresentar resultados positivos e contribuir novamente para a economia do país.

## **NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016.

### **2.1 – Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional**

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação dos Correios, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.



### NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	877	230.406	831	697.671
Bancos	13.080	13.082	6.192	6.195
Aplicações	906.137	703.522	1.682.004	1.014.807
<b>TOTAL</b>	<b>920.094</b>	<b>947.010</b>	<b>1.689.027</b>	<b>1.718.673</b>

**3.1 – Caixa:** em 30/09/17, o valor de R\$ 877 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.426 unidades de atendimento, presentes nos os estados da Federação. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referente aos fundos:13A, 13B, 13C, todos do Banco do Brasil, e Fundo X da CEF.

**3.2 – Bancos:** representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 30/09/17 é de R\$ 13.080.

**3.3 – Aplicações:** de acordo com a Resolução nº 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução nº 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras dos Correios estão aplicadas em Fundos de Investimentos extra mercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas(limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir.

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

#### 3.4 – Títulos mantidos para negociação

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2027, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixas das Empresas, sendo classificados como mantidos para negociação.

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

##### 3.4.1 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 30/09/2017

Instituição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa <sup>2</sup>	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações	
BB	13 A	110.780	324.435	1.569	-	436.784
BB	13 B	106.783	79.532	4.754	581.383	772.452
BB	13 C	11.605	45.327	1.222	89.844	147.998
CEF	Fundo X	361	15.904	602	95.175	112.042
BB	Cotas Fundo <sup>1</sup>	-	26.914	219	-	27.133
<b>Totais</b>		<b>229.529</b>	<b>492.112</b>	<b>8.366</b>	<b>766.402</b>	<b>1.496.409</b>

Instituição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa <sup>2</sup>	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações	

<sup>1</sup> Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

<sup>2</sup> Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

### 3.4.1.1 – Posição em 30/09/17

APLICAÇÃO	Consolidado	(%)
LTN	442.661	34,94
NTN-F	20.530	1,62
NTN-B	777.370	61,36
Cotas – Fundo <sup>1</sup>	27.133	2,14
<b>Subtotal</b>	<b>1.267.694</b>	<b>100,06</b>
Ajuste <sup>2</sup>	(813)	(0,06)
<b>Total</b>	<b>1.266.881</b>	<b>100,00</b>
Imposto de Renda	(8.366)	0,64
<b>Líquido</b>	<b>1.258.515</b>	<b>99,34</b>

<sup>1</sup> Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

<sup>2</sup>Tx. ADM, ajuste de dólar futuro e outros na gestão dos fundos.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	8.694	-	-	27.133	(8.147)	(813)	26.867
2018	362.666	1.987	100.813	-	-	-	465.466
<b>TOTAIS</b>	<b>371.360</b>	<b>1.987</b>	<b>100.813</b>	<b>27.133</b>	<b>(8.147)</b>	<b>(813)</b>	<b>492.333</b>

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2019	18.740	1.469	211.409	-	-	-	231.618
2020	33.731	-	146.784	-	-	-	180.515
2021	18.830	12.773	143.273	-	-	-	174.876
2022	-	-	175.091	-	-	-	175.091
2023	-	1.859	-	-	-	-	1.859
2025	-	1.983	-	-	-	-	1.983
2027	-	460	-	-	-	-	460
<b>TOTAIS</b>	<b>71.301</b>	<b>18.544</b>	<b>676.557</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>766.402</b>

### 3.4.2 – Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2016

Instituição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa <sup>2</sup>	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações	
BB	13 A	22.297	868.136	1.595	2.693	894.721
BB	13 B	672.639	61.546	337	158.578	893.100
BB	13 C	551	40.436	-	101.944	142.931
CEF	Fundo X	1.353	15.046	222	91.741	108.362
BB	Cotas Fundo <sup>1</sup>	-	29.643	78	-	29.721
<b>Totais</b>		<b>696.840</b>	<b>1.014.807</b>	<b>2.232</b>	<b>354.956</b>	<b>2.068.835</b>

<sup>1</sup> Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

<sup>2</sup> Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

### 3.4.2.1 – Posição em 31/12/16

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
LTN	965.410	70,37

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
NTN-F	50.965	3,71
NTN-B	327.484	23,87
Cotas – Fundo <sup>1</sup>	29.722	2,17
<b>Subtotal</b>	<b>1.373.581</b>	<b>100,12</b>
Ajustes <sup>2</sup>	(1.586)	(0,12)
<b>Total</b>	<b>1.371.995</b>	<b>100,00</b>
Imposto de Renda	(2.232)	(0,16)
<b>Líquido</b>	<b>1.369.763</b>	<b>99,84</b>

<sup>1</sup> Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

<sup>2</sup> Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807
<b>TOTAIS</b>	<b>901.916</b>	<b>9.822</b>	<b>77.165</b>	<b>29.722</b>	<b>(2.232)</b>	<b>(1.586)</b>	<b>1.014.807</b>

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2018	32.223	1.998	97.685	-	-	-	131.906
2019	15.940	1.436	57.656	-	-	-	75.032
2020	15.331	-	20.974	-	-	-	36.304
2021	-	12.877	74.005	-	-	-	86.882
2023	-	11.930	-	-	-	-	11.930
2025	-	8.395	-	-	-	-	8.395
2027	-	4.507	-	-	-	-	4.507
<b>TOTAIS</b>	<b>63.494</b>	<b>41.143</b>	<b>250.319</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>354.956</b>

#### NOTA 4 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	30/09/17	31/12/16
Serviços Faturados	1.281.311	1.435.184
Serviços a Faturar	231.848	173.564
Cartões de Crédito	14.064	14.156
ACF/Prestação de Contas	403	401
ACC/Prestação de Contas	2.288	2.360
Débitos ACC	5	35
AGC/Prestação de Contas	126	136
Débitos Internacionais	576.551	437.547
AGF/Prestação de Contas	202	208
AGF/ Débitos Negociados	1.347	1.914
Valores a receber de AGF	62.713	67.711
Direito a receber AGF – Lei postal	3.072	1.466
Outros Débitos de Clientes	4	3
<b>TOTAL</b>	<b>2.173.935</b>	<b>2.134.685</b>

O detalhamento de serviços faturados, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	30/09/17	31/12/16
Vencidos até 30 dias	54.336	86.430
Vencidos de 31 a 60 dias	24.060	16.976
Vencidos de 61 a 90 dias	13.767	10.231
Vencidos de 91 a 120 dias	2.401	4.968
Vencidos de 121 a 180 dias	3.711	27.357
Vencidos de 181 a 365 dias	15.319	22.522
Acima de 365 dias	21.827	17.812
<b>Total de Valores Vencidos</b>	<b>131.421</b>	<b>186.296</b>

<b>VENCIMENTOS</b>	<b>30/09/17</b>	<b>31/12/16</b>
A Vencer	1.180.444	1.286.318
<b>Total a Receber</b>	<b>1.311.865</b>	<b>1.472.614</b>
<b>PECLD Total</b>	<b>(30.522)</b>	<b>(37.430)</b>
<b>Total Líquido a Receber</b>	<b>1.281.343</b>	<b>1.435.184</b>

**4.1 – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa:** foi constituída ao final do exercício, à base de 31,93% e 5,92% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

<b>PECLD – 3º trimestre de 2017</b>	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim do 3º trimestre de 2017 (31,93% do saldo)	26.724
Títulos de empresas públicas vencidos ao fim do 3º trimestre de 2017 (5,92% do saldo)	3.444
Títulos de empresas em recuperação judicial ao fim do 3º trimestre de 2017 (100% do saldo)	354
<b>TOTAL</b>	<b>30.522</b>

<b>PECLD – 2016</b>	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2016 (31,93% do saldo)	33.110
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2016 (5,92% do saldo)	4.320
<b>TOTAL</b>	<b>37.430</b>

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e das perdas não dedutíveis.

<b>MOVIMENTAÇÃO PECLD</b>	<b>30/06/17</b>	<b>31/12/16</b>
<b>Saldo Total em 1º janeiro</b>	<b>37.430</b>	<b>18.828</b>
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(93)	(130)
<b>PECLD não dedutível em 1º de janeiro</b>	<b>37.337</b>	<b>18.698</b>
Exclusões/Adições	(6.872)	18.639
<b>PECLD não dedutível em 30 de setembro</b>	<b>30.465</b>	<b>37.337<sup>(1)</sup></b>
Perdas dedutíveis em 30 de setembro	57	93 <sup>(1)</sup>
<b>Saldo Total em 30 de setembro</b>	<b>30.522</b>	<b>37.430<sup>(1)</sup></b>

1) Período referente a 31/12/2016

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação a Lei 9.430/96, é adicionado à apuração do Lucro Real, para a apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

## **NOTA 5 – ESTOQUES**

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos .

<b>MATERIAIS ESTOCADOS</b>	<b>30/09/17</b>	<b>31/12/16</b>
Material para consumo	56.837	60.327
Material para revenda/almoxxarifados	19.513	23.060
Material em consignação	565	565
Perdas com estoque	(2.808)	(2.695)
<b>TOTAL</b>	<b>74.107</b>	<b>81.257</b>

## **NOTA 6 – OUTROS VALORES E BENS**

### **6.1 – Créditos com Pessoas Ligadas**

<b>CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS</b>	<b>30/09/17</b>	<b>31/12/16</b>
Serviço Saúde	41.237	55.199
Saúde Ocupacional	1.363	-
Ambulatórios	1	-
Dividendos a Receber	-	28
<b>TOTAL</b>	<b>42.601</b>	<b>55.227</b>

**6.1.1 – Serviço Saúde:** o valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos), realizados pelos Correios, os quais ainda não foram inclusos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

## 6.2 – Adiantamentos

	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento Salarial	3.130	3.130	3.577	3.577
Adiantamento de Férias	32.097	32.097	121.652	121.652
Adiantamento 13º Salário	178.432	178.432	-	-
Demais Adiantamentos	7.058	7.058	5.420	5.420
<b>TOTAL</b>	<b>220.717</b>	<b>220.717</b>	<b>130.649</b>	<b>130.649</b>

**6.2.1 – Demais Adiantamentos:** referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referentes aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

## 6.3 – Impostos e Encargos Sociais a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ISS retenção por clientes	1.173	1.173	1.223	1.223
IRRF/Aplicações financeiras	35.429	35.647	3.148	3.227
IR a restituir	201	1.664	203.778	204.873
CSLL a restituir	1.300	1.304	35.038	35.142
PIS a restituir/compensar	480	480	-	-
COFINS a restituir/compensar	2.271	2.271	57	57
Outros	113.667	113.669	33.708	33.709
<b>TOTAL</b>	<b>154.521</b>	<b>156.208</b>	<b>276.952</b>	<b>278.231</b>

**6.3.1 – IR a Restituir e CSLL a Restituir:** as contas abrigam os saldos dos tributos retidos por clientes e não utilizados até o final do exercício por ocasião de apuração de prejuízo fiscal. Estes valores passam a adquirir a característica de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL e serão utilizados no exercício seguinte para pagamentos de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

**6.3.2 – PIS e COFINS a Restituir/ Compensar:** referem-se a créditos tributários de pagamentos a maior decorrentes de recálculos fiscais.

## 6.3.3 – Outros

	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Lei 9.430 – Retenção na Fonte</b>	<b>109.500</b>	<b>109.500</b>	<b>26.804</b>	<b>26.804</b>
IR	88.869	88.869	20.687	20.687
CSLL	19.527	19.527	5.261	5.261
COFINS	711	711	507	507
PIS/PASEP	393	393	349	349
<b>Recolhimentos Indevidos</b>	<b>1.144</b>	<b>1.144</b>	<b>1.429</b>	<b>1.429</b>
ICMS a recuperar/compensar	800	800	1.401	1.401
INSS retenção por clientes	181	181	239	239
Salário-Maternidade/Família	860	860	788	788
Outros Impostos	1.183	1.184	3.047	3.048
<b>TOTAL</b>	<b>113.667</b>	<b>113.668</b>	<b>33.708</b>	<b>33.709</b>

## 6.4 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, cuja cobrança está no âmbito judicial.

<b>COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA</b>	<b>30/09/17</b>	<b>31/12/16</b>
Faturas em cobrança jurídica	690	1.146
Débitos de empregados em cobrança jurídica	11	11

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	30/09/17	31/12/16
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	920	851
Inadimplentes - ACF	179	183
Inadimplentes - ACC	66	62
Inadimplentes - AGF	3.106	3.094
Cobrança jurídica - ISS	879	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.851</b>	<b>5.347</b>

## 6.5 – Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	30/09/17	31/12/16
Vale postal internacional - importação	161	171
Outros débitos de terceiros	10.440	7.515
Outros débitos de empregados	8.224	5.477
Venda de imóveis funcionais	14	9
Bens Sucateados	-	461
Serviço MOBI	7	-
<b>TOTAL</b>	<b>18.846</b>	<b>13.633</b>

**6.5.1 – Outros Débitos de Terceiros:** o montante de R\$ 10.440 refere-se, principalmente, a multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 85% das multas aplicadas a fornecedores.

**6.5.2 – Outros Débitos de Empregados:** o montante de R\$ 8.224 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

**6.5.3 – Venda de Imóveis Funcionais:** o valor de R\$ 14 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída, anualmente, de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal, para posterior repasse.

**6.5.4 – Bens Sucateados:** refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte.

**6.5.5 – Serviço MOBI:** trata-se de atendimento ao usuário de empresa parceira, conta.MOBI, nas transações de aporte(depósito) e saque, em dinheiro, em sua conta virtual e/ou cartão pré-pago, nas agências credenciadas dos Correios.

## NOTA 7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

### 7.1 – Investimentos não permanentes

#### 7.1.1 – Outras Aplicações – DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina a legislação vigente que tratam de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	30/09/17	31/12/16
Participações não relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda não-dedutível no investimento	(28.062)	(28.062)
Outros investimentos	895	895
<b>TOTAL</b>	<b>4.411</b>	<b>4.411</b>

**7.1.1.1 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR:** são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

### 7.2 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	30/09/17	31/12/16
Depósitos judiciais	21.780	21.743
Depósitos recursais	16.341	16.510
Depósitos recursais administrativos	69.546	68.269
Penhora de numerários	6.668	5.353
<b>TOTAL</b>	<b>114.335</b>	<b>111.875</b>

Os valores de R\$ 21.780 e R\$ 16.341 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 69.546 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. O valor de R\$ 6.668 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes da empresa ser equiparada à Fazenda Pública e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- As penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo Juízo sem que haja prévia comunicação à empresa. As penhoras são realizadas via sistema BACENJUD, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

### 7.3 – Valores a Compensar:

	30/09/17	31/12/16
Impostos Retidos na Fonte	139.492	139.492
Imunidade Tributária	1.429.811	1.396.158
<b>TOTAL</b>	<b>1.569.303</b>	<b>1.535.650</b>

O saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A. Os créditos fiscais foram solicitados, tempestivamente, em 2016 à Receita Federal mediante pedido de restituição.

O saldo de 1.429.811 corresponde aos créditos da imunidade tributária de IR, (art.150, VI,"a", CF), e dos créditos da parcela a recuperar do PIS e da COFINS pagos até o 3º trimestre de 2017, por força de enquadramento no regime de apuração não-cumulativo. As tratativas para adoção do regime aplicável a ente imunes a impostos estão sendo conduzidas pelos assessores jurídicos no âmbito da Receita Federal.

**7.4 – Convênio Postal Saúde:** Representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

### 7.5 – Outros:

	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros créditos a realizar	568	174	3.228	1459
Débitos de ex-empregados	387	386	333	333
Outros débitos de empregados	1.228	1.230	1.065	1065
Ressarcimentos da Correiospar	83	-	400	-
Despesa Estrutura e Serv. Gerais Correiospar	56	-	190	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.322</b>	<b>1.790</b>	<b>5.216</b>	<b>2.857</b>

**7.5.1 – Outros Créditos a Realizar:** do montante de R\$ 568 nesta rubrica, R\$ 393 referem-se a direito a receber da Correiospar, referente a folha de pagamento e tributos.

**7.5.2 – Débitos de ex-empregados:** referem-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

**7.5.3 – Ressarcimentos da Correiospar:** referem-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

**7.5.4 – Despesa Estrutura e Serviços Gerais a Correiospar:** refere-se a utilização da estrutura e serviços gerais dos Correios para execução das atividades operacionais da Correiospar.

## NOTA 8 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CorreiosPar	28.062	-	28.538	-
Museus e coleções	993	993	1.001	1.001
Imóveis Mantidos para Investimento	701.472	701.472	550.406	550.406
Perda ao Valor Recuperável	(34)	(34)	(34)	(34)
Deprec. de imóveis mantidos para investimento	(5.998)	(5.998)	(4.073)	(4.073)
<b>TOTAL</b>	<b>724.495</b>	<b>696.433</b>	<b>575.838</b>	<b>547.300</b>

### 8.1 – Investimentos Permanentes

**8.1.1 – Imóveis Mantidos para Investimentos:** Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferências entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 30/09/17 <sup>1</sup>
Terrenos cedidos/alugados	72.605	-	-	-	-	-	72.605
Prédios cedidos/alugados	5.988	-	-	-	-	(309)	5.679
Terrenos desocupados	448.446	-	(55)	151.048	(6.089)	-	593.350
Prédios desocupados	19.252	-	-	12.976	(8.422)	(71)	23.734
Instalações desocupadas	43	-	-	573	(509)	(1)	106
Impairment desocupados	(34)	-	-	-	-	-	(34)
<b>TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO</b>	<b>546.300</b>	<b>-</b>	<b>(55)</b>	<b>164.597</b>	<b>(15.020)</b>	<b>(381)</b>	<b>695.440</b>

(1) O valor líquido em 30/09/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

**8.2 – Correiospar:** Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante, R\$ 30.000 foram integralizados.

Durante o 3º trimestre de 2017 a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 476, o saldo deste investimento no encerramento do período é de R\$ 28.062, ao aplicar o método de equivalência patrimonial.

## NOTA 9 – IMOBILIZADO

Rubrica	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transf. Entrada	Transf. Saída	Deprec./ Amort.	Bens Suca-teados	Saldo em 30/09/17 <sup>1</sup>
Terrenos	3.681.051	-	716	5.868	(150.828)	-	-	3.536.807
Impairment Terrenos	(491)	-	-	-	-	-	-	(491)
Prédios	1.429.462	1.419	-	16.679	(9.556)	(32.356)	-	1.405.648
Instal. em Prédios Próprios	29.762	2.943	-	58.179	(1.499)	(4.772)	-	84.613



Rubrica	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas	Transf. Entrada	Transf. Saída	Deprec./ Amort.	Bens Sucs-teados	Saldo em 30/09/17 <sup>1</sup>
Impairment Prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	-	(50.435)
Benfeit. em Imóveis de Terc.	40.812	2.178	(6)	13.642	(403)	(16.373)	-	39.850
Obras em Andamento	160.248	17.893	(956)	592	(88.282)	-	-	89.495
<b>Subtotal de Imóveis</b>	<b>5.290.409</b>	<b>24.434</b>	<b>(246)</b>	<b>94.960</b>	<b>(250.568)</b>	<b>(53.501)</b>	-	<b>5.105.487</b>
Moveis e Utensílios	218.090	6.154	(1.182)	2.044	(1.050)	(29.378)	332	195.010
Maquinas e Equipamentos	345.273	16.535	(914)	6.760	(2.154)	(30.464)	77	335.113
Veículos Motorizados	488.690	14.697	(1.674)	1.359	(1.359)	(50.528)	26	451.211
Veículos não Motorizados	6.232	1.038	(38)	-	-	(1.678)	8	5.562
Ferramentas e Instrumentos	409	15	(3)	-	-	(100)	5	326
Equip. Processamento de Dados	212.385	3.483	61	2.071	(1.843)	(56.258)	13	159.912
Aquisições em Andamento	85.004	118.083	-	159	-	-	0	203.246
<b>Subtotal De Móveis</b>	<b>1.356.083</b>	<b>160.005</b>	<b>(3.750)</b>	<b>12.393</b>	<b>(6.406)</b>	<b>(168.406)</b>	<b>461</b>	<b>1.350.380</b>
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>6.646.491</b>	<b>184.438</b>	<b>(3.996)</b>	<b>107.353</b>	<b>(256.974)</b>	<b>(221.907)</b>	<b>461</b>	<b>6.455.867</b>

(1) O valor líquido em 30/09/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

## NOTA 10 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não inte

grados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/16	Adições	Baixas	Transferência entrada	Transferência saídas	Depreciação / Amortização	Valor Líquido em 30/09/17 <sup>1</sup>
Software, Licenc. Similares	105.947	11.427	-	2.323	(2.271)	(25.558)	91.868
<b>TOTAL INTANGÍVEL</b>	<b>105.947</b>	<b>11.427</b>	<b>-</b>	<b>2.323</b>	<b>(2.271)</b>	<b>(25.558)</b>	<b>91.868</b>

(1) O valor líquido em 30/09/17 corresponde ao valor líquido de 31/12/16 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

## NOTA 11 – PASSIVO CIRCULANTE

**11.1 – Fornecedores:** representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

Fornecedores	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Material, Produtos e Serviços	659.679	659.679	785.565	785.565
Consignações	149	149	150	150
Outros	-	-	18	18
<b>TOTAL</b>	<b>659.828</b>	<b>659.828</b>	<b>785.733</b>	<b>785.733</b>

**11.2 – Salários e Consignações:** correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações Trabalhistas	15.416	15.416	15.731	15.731
INSS - Empregado	38.453	38.453	43.578	43.578
Postalis (BD) - Empregado	6.543	6.543	17.654	17.654
Postalis (PostalPrev) - Empregado	19.092	19.092	46.845	46.845
Retenção SEST/SENAT	1	1	2	2
Férias	1.084.806	1.084.806	1.068.500	1.068.500
13º Salário	423.762	423.762	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.588.073</b>	<b>1.588.073</b>	<b>1.192.310</b>	<b>1.192.310</b>

**11.3 – Encargos Sociais:** correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS - empregador	107.831	107.831	128.553	128.553
Postalis - empregador	6.542	6.542	17.822	17.822
SENAI adicional	818	818	956	956
Salário educação	10.217	10.217	11.938	11.938
FGTS	33.115	33.115	56.928	56.928
INSS - contribuinte individual	145	145	240	240
PostalPrev - empregador	18.473	18.473	44.466	44.466
<b>TOTAL</b>	<b>171.141</b>	<b>171.141</b>	<b>260.903</b>	<b>260.903</b>

**11.4 – Impostos e Contribuições:** correspondem às obrigações relativas às contribuições sociais ao PIS e à COFINS incidentes sobre o faturamento, às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, bem como à outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS Empresas - retenção fonte	4.487	4.487	6.565	6.565
INSS retenção - contribuinte individual	82	82	123	123
Cofins	39.970	39.978	56.213	56.213
Pasep	8.621	8.623	11.272	11.272
ICMS	6.393	6.393	6.167	6.167
ISSQN - retido de terceiros	4.043	4.043	5.758	5.758
IRF - retido de empregados	20.366	20.366	49.273	49.273
IRF - retido de terceiros	1.866	1.866	2.635	2.635
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	19.410	19.410	23.706	23.706
Outras obrigações tributárias	-	-	610	610
<b>TOTAL</b>	<b>105.238</b>	<b>105.247</b>	<b>162.322</b>	<b>162.322</b>

**11.5 – Arrecadações e Recebimentos:** as obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Emissão vale postal nacional	7.552	7.552	5.632	5.632
Vale postal internacional - importação	227	227	239	239
Vale postal internacional - exportação	217	217	192	192
Reembolso postal – entrega	0	0	20	20
Venda de título de capitalização	2.323	2.323	2.131	2.131
Venda de produtos de terceiros e consignados	99	99	193	193
Recebimento de contas – serviços públicos	76	76	20	20
Recebimento de contas – serviços particulares	78	78	55	55
Recebimento para o Postalis	26.133	26.133	31.631	31.631
Recebimento de imposto de importação	5.712	5.712	6.184	6.184
Serviços virtuais	345	345	229	229
Certificado digital	3.413	3.413	1.814	1.814
Outros recebimentos/arrecadações	97	97	140	140
Serviços MOBI	8	8	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>46.280</b>	<b>46.280</b>	<b>48.480</b>	<b>48.480</b>

**11.5.1 – Emissão de Vale Postal Nacional:** corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

**11.5.2 – Recebimento para o Postalis:** refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis – dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

**11.5.3 – Recebimento de Imposto de Importação:** refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

**11.5.4 – Certificado Digital:** refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

**11.5.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados:** referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc.

**11.6 – Adiantamentos de Clientes:** refere-se, principalmente, a adiantamento de clientes de órgãos públicos até o mês setembro.

**11.7 – Contas Internacionais a Pagar:** o valor de R\$ 80.119 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de setembro/2017 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

**11.8 – Precatórios Judiciais:** são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de setembro/2017 equivale às obrigações vencíveis no curto prazo.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Circulante)	118.278	118.278	89.145	89.145
<b>TOTAL</b>	<b>118.278</b>	<b>118.278</b>	<b>89.145</b>	<b>89.145</b>

#### 11.9 – Provisões com Patrocinadas/Mantidas:

Provisões	30/09/17	31/12/16
<b>Correios Saúde</b>	<b>406.662</b>	<b>387.894</b>
<b>Previdência</b>	<b>15.500</b>	<b>22.160</b>
Postalis (BD)	15.000	20.678
Postalis (PostalPrev)	500	1.482
<b>TOTAL</b>	<b>422.162</b>	<b>410.054</b>

**11.10 – Empréstimos e Financiamentos:** A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Data	Saldo da Obrigação	Amortização Principal	Juros	Encargos* Financeiros	Despesa do exercício	Dívida Líquida
31/12/16	750.000	-	-	(29.076)	999	721.923
30/09/17	721.923	-	(73.140)	-	77.495	726.278

\*Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Despesas Bancárias

Características	CCB <sup>1</sup> - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da Obrigação Inicial	750.000
Data de Emissão	28/12/2016
Vencimento Final	28/12/2021
Remuneração	De 125 a 130% do CDI
Exigibilidade de Juros	Mensal a partir de Jan/2017
Encargos Financeiros Totais <sup>2</sup>	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais consecutivas a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias.

- 1 - Cédula de Crédito Bancário.  
2 - Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Despesas Bancárias.

**11.11 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR:** referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, a dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, e a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

**11.12 – Receitas a Apropriar:** do montante de R\$ 20.788, registrado nesta rubrica, R\$ 20.780 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2017; e R\$ 8 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios.

**11.13 – Obrigações Financeiras a Pagar:**

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL			
Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do Distrato (a primeira parcela, paga em 02/01/2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04/01/2016, no valor de R\$ 749.834).

Em 05/12/2016, foi assinado o segundo termo aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução prevista no Distrato. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05/12/2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 (um, trinta e seis avos) do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais são atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, desde 05/12/2016 até a data do seu efetivo pagamento, no qual o vencimento da 1ª parcela ocorreu em 02/01/2017. Ao final do 3º trimestre a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL				
Data	Saldo da Obrigação	Amortização da dívida	Despesa do exercício	Dívida Total
31/12/16	1.351.063	(749.834)	253.699	854.928
30/09/17	854.928	(221.875)	59.665	692.718

**11.14 – Convênio Postal Saúde:**

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saúde Ocupacional	8.191	8.191	4.614	4.614
Ressarcimento de Despesas Administrativas	63.219	63.219	71.295	71.295
Ambulatórios	7.240	7.240	-	-
Benefício Medicamentos	1.911	1.911	948	948
<b>TOTAL</b>	<b>80.561</b>	<b>80.561</b>	<b>76.857</b>	<b>76.857</b>

## 11.15 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Convênio Sesi/Senai	9.428	9.428	7.905	7.905
Caução de fornecedores	26.372	26.372	27.745	27.745
Outros créditos diversos	6.771	6.771	2.248	2.248
Valores a regularizar	(24.666)	(24.666)	18.021	18.021
<b>TOTAL</b>	<b>17.905</b>	<b>17.905</b>	<b>55.919</b>	<b>55.919</b>

**11.15.1 – Convênio Sesi/Senai:** o montante de R\$ 9.428 refere-se à parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao SESI/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

**11.15.2 – Caução de Fornecedores:** o valor de R\$ 26.372 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

## NOTA 12 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### 12.1 – Benefício Pós-Emprego

#### 12.1.1 – Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)		
Descrição	30/09/17	31/12/16
CorreiosSaúde	7.009.977	6.532.848
Postalís – BD	1.877.073	1.934.287
<b>Total da obrigação atuarial</b>	<b>8.887.050</b>	<b>8.467.135</b>

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)		
Descrição	30/09/17	30/06/16
CorreiosSaúde	7.009.977	6.532.848
Benefício Definido – BD	1.860.116	1.934.287
<b>Total da obrigação atuarial<sup>1</sup></b>	<b>8.870.093</b>	<b>8.467.135</b>

Despesas		
Descrição	30/06/17	30/06/16
A CorreiosSaúde Ativos	1.113.747	1.139.633
B CorreiosSaúde Aposentados	216.181	212.121
<b>C=A+B CorreiosSaúde Total</b>	<b>1.329.928</b>	<b>1.351.754</b>
D Despesa com Provisão Pós-Emprego Saúde	477.130	745.849
<b>E=B+D Total da Provisão do Pós-Emprego Saúde<sup>2</sup></b>	<b>693.311</b>	<b>957.970</b>
F Despesa Postalís Empregador	196.220	116.259
G Despesa Administrativa/outros Postalís	(19.622)	(11.626)
H Despesa com Provisão Pós-Emprego Previdência	(57.214)	135.711
<b>I=F+G+H Total das Despesas com Pós-Emprego Previdência<sup>3</sup></b>	<b>119.384</b>	<b>240.344</b>
<b>J=E+I Total Provisão Pós-Emprego</b>	<b>812.694</b>	<b>1.198.314</b>

1. Devido às peculiaridades do Plano Postalís – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 6.543 em 2017 Nota 11.3., registrados na conta Postalís – Empregador em encargos sociais e R\$ 15.000 referente a Postalís Empregador registrado no subgrupo Provisões com Patrocinadas/Mantidas – Nota 11.9.

2. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Correios Saúde para 2017;
3. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Postalís - BD para 2017.

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

#### **12.1.1.1 – Plano de Saúde – CorreiosSaúde**

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalís e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

#### **12.1.1.2 – Plano de Previdência – Previdência Complementar**

- **PostalPrev – CV**

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postalís. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

- **Postalís – BD**

O Plano de Benefício Definido do Postalís foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O plano de benefício definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

### 12.1.1.3 – Avaliação Atuarial

Em 2016, a empresa VESTING CONSULTORIA FINANCEIRA E ATUARIAL foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.

O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

O resultado e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

PROJEÇÕES PARA 2017			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD
Custo do serviço corrente líquido	(180.323)	43.699	61.137
Custo de juros líquido	(744.091)	19.834	(440.631)
<b>Total da despesa/receita a reconhecer</b>	<b>(924.414)</b>	<b>63.533</b>	<b>(379.494)</b>

Em agosto de 2017 a empresa VESTING CONSULTORIA FINANCEIRA E ATUARIAL revisou o “Custo do juros líquido” projetado no trabalho técnico de avaliação atuarial dos planos previdenciários administrados pelos CORREIOS, passando a valer as seguintes projeções:

PROJEÇÕES AJUSTADAS PARA 2017			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD
Custo do serviço corrente líquido	(180.323)	43.699	61.137
Custo de juros líquido	(744.091)	9.917	(220.316)
<b>Total da despesa/receita a reconhecer</b>	<b>(924.414)</b>	<b>53.616</b>	<b>(159.179)</b>

Os Correios estão em fase de contratação avaliação atuarial do exercício de 2017.

**12.2 – Passivos Contingentes:** os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de junho de 2017, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

#### 12.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingenciadas:

Natureza	Saldo Inicial 31/12/16	Valor alterado para perda "Possível" ou "Remota"	Valor convertido em Precatório	Valor alterado <sup>(1)</sup>	Valor incluído	Atualização monetária do período	Saldo final 30/09/17
<b>DEMANDAS JUDICIAIS</b>							
Cível	54.855	(7.268)	(805)	(13)	5.780	2.954	55.503

Natureza	Saldo Inicial 31/12/16	Valor alterado para perda "Possível" ou "Remota"	Valor convertido em Precatório	Valor alterado <sup>(1)</sup>	Valor incluído	Atualização monetária do período	Saldo final 30/09/17
<b>DEMANDAS JUDICIAIS</b>							
Fiscal	9.492	(4.202)	(8)	(22)	2.067	669	7.996
Trabalhista	410.392	(33.292)	(19.341)	(76.357)	22.903	(11.830)	292.475
<b>Sub total</b>	<b>474.739</b>	<b>(44.762)</b>	<b>(20.154)</b>	<b>(76.392)</b>	<b>30.750</b>	<b>(8.207)</b>	<b>355.974</b>
<b>DEMANDAS ADMINISTRATIVAS</b>							
Cível	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal	1	(1)	-	-	2.459	10.160	12.619
Trabalhista	-	-	-	-	-	-	-
<b>Sub total</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>			<b>2.459</b>	<b>10.160</b>	<b>12.619</b>
<b>Total</b>	<b>474.740</b>	<b>(44.763)</b>	<b>(20.154)</b>	<b>(76.392)</b>	<b>33.209</b>	<b>1.953</b>	<b>368.593</b>

(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

## 12.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

### 12.2.2.1 – Perda Possível

A empresa possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Em 30/09/2017, os passivos contingentes com risco de perda possível são representados por 14.700 processos, conforme demonstrado na tabela.

Em 30/09/17 Natureza Processual	Processo Judicial		Processo Administrativo		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível	3.196	465.175	51	540	3.247	465.715
Fiscal	745	395.294	369	456.983	1.114	852.277
Trabalhista	10.322	726.622	17	60	10.339	726.682
<b>Total</b>	<b>14.263</b>	<b>1.587.091</b>	<b>437</b>	<b>457.583</b>	<b>14.700</b>	<b>2.044.674</b>

**12.3 – Tributos Compensados:** O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL.

	30/09/2017		31/12/2016	
<b>TRIBUTOS COMPENSADOS</b>	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributos Compensados		13.353		11.203
<b>TOTAL</b>		<b>13.353</b>		<b>11.203</b>

**12.4 – Tributos Diferidos:** O saldo deste grupo representa a CSLL diferida passiva constituída sobre o custo atribuído do ativo imobilizado e sobre as diferenças temporárias entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes.

	30/09/2017		31/12/2016	
<b>TRIBUTOS DIFERIDOS</b>	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CSLL Diferido		471.443		473.321
<b>TOTAL</b>		<b>471.443</b>		<b>473.321</b>

**12.5 – Mandados e Precatórios:** são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de 2016 equivale às obrigações vencíveis em 2018:

	30/09/17		31/12/16	
<b>PRECATORIOS/MANDADOS JUDICIAIS</b>	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Não-Circulante)		78.925		18.642
<b>TOTAL</b>		<b>78.925</b>		<b>18.642</b>

### 12.6 – Obrigações Trabalhistas

	30/09/17		31/12/16	
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Parcelamento De Dívidas - PRT</b>		<b>33.782</b>		-
PRT - Curto Prazo		26.670		-
PRT - Longo Prazo		7.112		-



OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Plano de Desligamento Incentivado – PDI</b>	<b>907.536</b>	<b>907.536</b>	-	-
PDI - Curto Prazo	67.107	67.107	-	-
PDI - Longo Prazo	840.429	840.429	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>941.318</b>	<b>941.318</b>	-	-

**12.6.1 – Parcelamento de Dívidas - PRT:** Em 31 de maio de 2017, houve a adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT), conforme previsto na MP nº 766 de 4 de janeiro de 2017, incluindo débitos de natureza previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil, vencidos até 30 de novembro de 2016. A opção de modalidade de pagamento foi pela redução de 76% da dívida com a utilização de créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e 24% em 24 parcelas mensais atualizadas pela SELIC a partir do mês da adesão.

PRT- Programa de Regularização Tributária	Valor
Débitos Previdenciários	177.799
Utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL <sup>1</sup>	(135.127)
<b>Valor Parcelado</b>	<b>42.672</b>
Parcelas Pagas	8.890
Passivo Circulante	26.670
Passivo Não - Circulante	7.112

1) O prejuízo fiscal de IRPJ e a base negativa de CSLL, foram utilizados para o pagamento dos débitos previdenciários. A adesão ao programa ocasionou a realização do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, no valor de R\$ 3.048 e de uma receita R\$ 132.078 proveniente da utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

**12.6.2 – O Plano de Desligamento Incentivado – PDI** foi aprovado em novembro de 2016 para os empregados em condições de se aposentar, com desligamentos no período de março a dezembro/2017. Até o 3º trimestre de 2017 houve 6.033 desligamentos, com previsão de 6.273 empregados até o final do Plano, com um passivo de R\$ 907.536. Os pagamentos de incentivos totalizaram R\$ 52.951 até o 3º trimestre de 2017.

## NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**13.1 – Composição Acionária do Capital Social:** Capital Social constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969 que, em 30/09/16, totaliza R\$ 3.179.458. A atualização do valor do Capital Social no Estatuto está em andamento. As informações detalhadas do Capital Social foram apresentadas na Nota 14 das Demonstrações Financeiras de 2016

**13.2 – Ajuste de Avaliação Patrimonial:** valores correspondentes à adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo Atribuído - Imóveis	4.911.097	4.911.097	4.931.965	4.931.965
Tributo Diferido	(441.707)	(441.707)	(443.585)	(443.585)
<b>TOTAL</b>	<b>4.469.390</b>	<b>4.469.390</b>	<b>4.488.380</b>	<b>4.488.380</b>

**13.3 – Outros Resultados Abrangentes:** valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	30/09/17	31/12/16
Passivo atuarial líquido – BD	(1.138.424)	(1.251.016)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – BD	-	112.591
Passivo atuarial líquido – Correios saúde	(2.671.336)	(2.935.534)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – Correios saúde	-	264.198
Passivo atuarial líquido – POSTALPREV	(196.431)	(156.218)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.006.191)</b>	<b>(3.965.979)</b>

**13.4 – Prejuízos Acumulados:** o prejuízo acumulado até setembro/2017 foi R\$ 1.848.919 resultando um prejuízo acumulado de R\$ 5.243.829.

## NOTA 14 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### 14.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	4.577.876	4.859.940	13.464.944	13.972.692	4.577.876	4.859.940	13.464.943	13.972.692
Receitas Nacionais	4.468.049	4.759.357	13.151.256	13.675.669	4.468.049	4.759.357	13.151.256	13.675.669
Receitas Internacionais	109.827	100.583	313.688	297.023	109.827	100.583	313.687	297.023
<b>(-) DEDUÇÕES</b>	219.824	281.611	758.228	908.237	219.824	281.611	758.227	908.237
Impostos e abatimentos sobre a Receita Bruta	215.103	277.445	735.325	903.253	215.103	277.445	735.325	903.253
Receitas canceladas	4.721	4.166	22.903	4.984	4.721	4.166	22.902	4.984
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>4.358.052</b>	<b>4.578.329</b>	<b>12.706.716</b>	<b>13.064.455</b>	<b>4.358.052</b>	<b>4.578.329</b>	<b>12.706.716</b>	<b>13.064.455</b>

No 3º trimestre de 2017 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 12.706.716. Levando-se em consideração os seis maiores destaques nas vendas, que alcançam 84% da receita líquida, o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuíram com 65% da receita líquida do período.

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	(%)	3º Trim. 16	(%)	30/09/17	(%)	30/09/16	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas FAC	1.286.414	30	1.374.379	30	3.952.219	31	4.095.266	31
Sedex	928.926	21	783.353	17	2.457.248	19	2.245.575	17
Carta	616.759	14	699.533	15	1.955.277	15	2.071.534	16
PAC	755.179	17	520.842	11	1.886.784	15	1.422.569	11
Banco Postal	53.193	1	334.827	7	167.414	1	941.623	7
Mala Direta Postal	104.279	2	130.033	3	317.189	2	368.719	3
<b>TOTAL</b>	<b>3.744.750</b>	<b>85</b>	<b>3.842.967</b>	<b>83</b>	<b>10.736.131</b>	<b>83</b>	<b>11.145.286</b>	<b>85</b>

### 14.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos no 3º trimestre de 2017 atingiram R\$ 11.881.154. Desse total, R\$ 7.559.745 referem-se a custo com pessoal, encargos e serviço saúde, o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
Pessoal	2.478.608	2.570.979	7.559.745	7.475.239	2.478.608	2.570.979	7.559.745	7.475.239
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	2.021.689	2.107.905	6.229.817	6.123.485	2.021.689	2.107.905	6.229.817	6.123.485
Serviço Saúde	456.919	463.074	1.329.928	1.351.754	456.919	463.074	1.329.928	1.351.754
IF – PDI/PDV	493.543	-	493.543	-	493.543	-	493.543	-
Material e Produtos	33.366	85.276	140.864	208.009	33.366	85.276	140.864	208.009
Serviços Pessoas Físicas/Jurídicas	276.668	320.912	816.763	867.590	276.668	320.912	816.763	867.590
Utilidades	69.944	80.608	235.521	255.615	69.944	80.608	235.521	255.615
Aluguéis	107.589	122.381	333.686	359.694	107.589	122.381	333.686	359.694
Impostos/Taxas/Contribuições	4.244	4.443	18.187	21.179	4.244	4.443	18.187	21.179
Transporte de Malas e Malotes	368.892	391.353	1.059.379	1.116.797	368.892	391.353	1.059.379	1.116.797
Depreciação e Amortização	49.520	45.401	149.626	150.635	49.520	45.401	149.626	150.635
Internacionais	9.834	12.747	32.591	45.650	9.834	12.747	32.591	45.650
Remuneração de AGF	366.837	335.978	1.041.249	914.483	366.837	335.978	1.041.249	914.483
<b>TOTAL</b>	<b>4.259.045</b>	<b>3.970.078</b>	<b>11.881.154</b>	<b>11.414.891</b>	<b>4.259.045</b>	<b>3.970.078</b>	<b>11.881.154</b>	<b>11.414.891</b>

### 14.3 – Despesas com Vendas/Serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 179.771.

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
Propaganda e Publicidade	29.859	18.674	42.994	61.205	29.859	18.674	42.994	61.205
Patrocínio	4.267	63.182	11.762	86.627	4.267	63.182	11.762	86.627
Descontos	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisão para Perdas	(234)	487	(16.286)	(538)	(234)	487	(16.286)	(538)
Remuneração de Unid. Terceirizadas	22.017	24.191	67.698	78.218	22.017	24.191	67.698	78.218
Multa Contratual de Clientes	9.414	0	27.093	0	9.414	0	27.093	0
Perdas (Faturas/Debito de ACF)	21.104	197	44.238	391	21.104	197	44.238	391
Outros	1.053	1.292	2.272	2.835	1.053	1.292	2.272	2.835
<b>TOTAL</b>	<b>87.480</b>	<b>108.023</b>	<b>179.771</b>	<b>228.738</b>	<b>87.480</b>	<b>108.023</b>	<b>179.771</b>	<b>228.738</b>

#### 14.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.650.316, sendo que a despesa de R\$ 2.647.510 refere-se à Controladora e R\$ 2.806 refere-se à Controlada.

As despesas com Programa de Desligamento Incentivado foram reconhecidas em R\$ 466.944, como indenizações trabalhistas no 3º trimestre de 2017, impactando o grupo Dispêndios de Pessoal.

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	496.851	594.873	1.590.167	1.679.874	497.413	595.526	1.591.657	1.681.441
IF – PDI/PDV <sup>1</sup>	(156.383)	-	466.944	-	(156.383)	0	466.944	0
Pós-Emprego Previdência	10.604	19.949	89.137	135.711	10.604	19.949	89.137	135.711
Pós-Emprego Saúde	149.160	258.193	477.130	745.849	149.160	258.193	477.130	745.849
Outras Despesas <sup>2</sup>	(53.050)	82.445	24.132	162.693	(52.934)	83.651	25.448	165.133
<b>TOTAL</b>	<b>447.182</b>	<b>955.460</b>	<b>2.647.510</b>	<b>2.724.127</b>	<b>447.860</b>	<b>957.319</b>	<b>2.650.316</b>	<b>2.728.134</b>

1 - Saldo negativo em razão da reversão de saldo.

2 - Saldo negativo em razão da reversão de provisão.

#### 14.5 – Resultado de participação em controlada

Representa prejuízo de R\$ 476 decorrente do resultado da Correiospar até o 3º trimestre de 2017.

#### 14.6 – Outras Receitas Operacionais

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
Multas de fornecedores	4.819	46.412	62.392	88.792	4.819	46.412	62.392	88.793
Atividades não continuadas	4.230	5.252	6.239	10.941	4.230	5.252	6.239	10.941
Multas de clientes	9.788	7.772	27.191	27.767	9.788	7.772	27.191	27.767
Anuidade de ACF's	3.694	3.391	10.547	9.326	3.694	3.391	10.547	9.326
Despesas recuperadas/Outras	4.892	2.137	14.215	20.334	4.892	2.137	14.215	20.334
Ganhos Contingenciais de COFIN	10.600	-	27.816	-	10.600	-	27.816	-
Ganhos Contingenciais de PIS	2.159	-	5.653	-	2.159	-	5.653	-
<b>TOTAL</b>	<b>40.182</b>	<b>64.964</b>	<b>154.053</b>	<b>157.160</b>	<b>40.182</b>	<b>64.964</b>	<b>154.053</b>	<b>157.161</b>

#### 14.7 – Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
Impostos vinculados à receita (PIS/COFINS)	19.072	43.787	53.226	113.420	19.106	43.836	53.340	113.575
Prejuízos na alienação de bens	1.652	527	4.226	1.125	1.652	527	4.226	1.125
<b>TOTAL</b>	<b>20.724</b>	<b>44.314</b>	<b>57.451</b>	<b>114.545</b>	<b>20.758</b>	<b>44.363</b>	<b>57.566</b>	<b>114.700</b>

#### 14.8 – Receitas Financeiras

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	49.648	46.652	138.365	131.814	50.383	47.700	140.806	135.145
Variação Cambial Internacional	13.201	11.648	66.819	50.748	13.201	11.648	66.819	50.748
Juros	8.951	14.892	15.879	26.817	8.951	14.892	15.879	26.817
Variação Monetária	5.896	7.618	17.809	19.406	5.898	7.619	17.814	19.418
Outras Receitas Financeiras	1.643	1.558	5.740	7.340	1.642	15.559	5.740	7.339
<b>TOTAL</b>	<b>79.339</b>	<b>82.368</b>	<b>244.612</b>	<b>236.124</b>	<b>80.075</b>	<b>83.418</b>	<b>247.058</b>	<b>239.467</b>

#### 14.9 – Despesas Financeiras

	Controladora				Consolidado			
	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16	3º Trim. 17	3º Trim. 16	30/09/17	30/09/16
Encargos Financiamento dívida interna	36.411	72.165	137.558	215.737	36.411	72.165	137.558	215.737
Variação Cambial	21.294	38.135	50.248	175.803	21.294	38.135	50.248	175.803
Perdas em Aplicações Financeiras	6.478	761	9.323	32.388	6.478	761	9.323	32.388
Notificação de Infração	31	61	103.399	228	31	61	103.399	228
Outras	3.550	4.377	19.488	12.045	3.551	4.386	19.490	12.057
<b>TOTAL</b>	<b>67.764</b>	<b>115.499</b>	<b>320.016</b>	<b>436.201</b>	<b>67.765</b>	<b>115.508</b>	<b>320.018</b>	<b>436.213</b>

#### NOTA 15 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

##### 15.1 – Contribuição Social no Resultado

Devido a adoção da imunidade tributária recíproca, a Empresa passou, a partir do ano de 2017, a apurar apenas a contribuição social sobre o lucro em observância aos preceitos constitucionais do art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal.

A despesa da CSLL do período compreende o tributo corrente e diferido. Este é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, a contribuição também é reconhecida no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo da contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

O quadro a seguir demonstra a composição da base de cálculo da CSLL:

DEMONSTRATIVO DE CSLL	30/09/17		31/12/16	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Resultado antes do JSCP</b>	<b>(1.980.998)</b>	<b>(1.981.474)</b>	<b>(657.080)</b>	<b>(658.559)</b>
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14 <sup>1</sup>	(62.856)	(62.856)	(125.667)	(125.667)
<b>Resultado antes da Contribuição Social (CSLL)</b>	<b>(2.043.853)</b>	<b>(2.044.330)</b>	<b>(782.747)</b>	<b>(784.226)</b>
<b>CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>(183.947)</b>	<b>(184.127)</b>	<b>(266.158)</b>	<b>(266.661)</b>
<b>Efeito da CSLL sobre dif. permanentes</b>	<b>3.416</b>	<b>3.416</b>	<b>(180.543)</b>	<b>(180.523)</b>
<b>Efeito da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial</b>				
<b>Efeito da CSLL sobre dif. temporárias</b>	<b>59.962</b>	<b>59.967</b>	<b>326.601</b>	<b>326.555</b>
Adições	837.422	837.441	516.639	516.703
Exclusões	777.460	777.460	(190.038)	(190.148)
<b>Efeito da CSLL Base Negativa</b>	<b>(120.569)</b>	<b>(120.744)</b>	<b>(120.100)</b>	<b>(120.629)</b>
<b>Contribuição Social Correntes</b>				
<b>Tributos Diferidos<sup>2</sup></b>	<b>132.079</b>	<b>-</b>	<b>(11.310)</b>	<b>(11.310)</b>
<b>Baixa de Imposto de Renda não recuperável</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(821.115)</b>	<b>(821.115)</b>

1) Valor da diferença apurada entre a depreciação fiscal e a societária, cujo resultado é excluído da base fiscal.

2) Em decorrência da adesão do PRT – Programa de Recuperação Fiscal, a empresa quitou débitos fiscais com créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL apurados em anos anteriores. Desta forma, o benefício tributário do PRT culminou em um ganho não tributável, ocasionado pela ausência de desembolso financeiro em contrapartida a quitação dos débitos que encontravam-se no âmbito da Receita Federal. Vide nota explicativa nº 11.16.

## 15.2 – Contribuição Social no Diferido

Os valores da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferida no Ativo são provenientes de diferenças temporárias e de base de cálculo negativa de CSLL. A CSLL diferida passiva é proveniente das diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a societária determinada pela Lei 12.973/2014, conforme demonstrado a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2016	Constituição	Reversão	30/09/2017
<b>Ativos de Impostos Diferidos</b>				
Prejuízos Negativas CSLL	33.868	-	3.048	30.820
Contingências Trabalhistas	17.708	-	-	17.708
Contingências Cíveis	5.022	-	-	5.022
Fornecedores Provisão	36.004	-	-	36.004
Reservas a Amortizar Déficit BD - Postalis	10.268	-	-	10.268
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	147.255	-	-	147.255
Outras Contingências	29.638	-	-	29.638
<b>Ajustes RTT</b>				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	44	-	-	44
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	4.542	-	-	4.542
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	129	-	-	129
<b>Total de Ativos de Impostos Diferidos</b>	<b>284.478</b>		<b>3.048</b>	<b>281.430</b>
<b>Passivos de Impostos Diferidos</b>				
<b>Ajustes RTT</b>				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	29.736	-	-	29.736
<b>Total de Passivos de Impostos Diferidos</b>	<b>29.736</b>			<b>29.736</b>

Na prática, os ativos fiscais são provenientes das adições de despesa ao lucro real, enquanto os passivos fiscais diferidos são provenientes das exclusões das receitas, ambos temporariamente não tributáveis, que geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Não foi realizada nenhum tipo de constituição de CSLL diferida sobre a base negativa apurada, uma vez que, as projeções de resultado para os próximos exercícios são suficientes apenas para suportar a perspectiva de realização dos saldos existentes até 31/12/2014.

As incertezas quanto ao cenário macroeconômico do país, sedimentam a decisão por não constituir ativos diferidos no exercício de 2017, bem como nenhum incremento relativo a reapresentações de exercícios anteriores, uma vez que as projeções podem oscilar significativamente.

A parcela realizada do ativo fiscal diferido de CSLL, refere-se aos efeitos da adesão ao PRT- Programa de Regularização Tributária, conforme MP-766/2017, que permitiu a quitação de débitos fiscais com a utilização de créditos fiscais de base negativa de CSLL.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

### 15.3 – Contribuição Social Diferidos Reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido:

Foram constituídos tributos diferidos ativos e passivos sobre outros resultados abrangentes e sobre os ajustes de avaliação patrimonial no PL, em decorrência da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme demonstração a seguir:

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP)	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
<b>Ativo de Impostos Diferidos Decorrentes de Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:</b>				
Benefício Pós Emprego Plano de Saúde	264.199	-	-	264.199
Benefício Pós emprego Postalís BD	112.591	-	-	112.591
<b>Total de Ativos de Impostos Diferidos</b>	<b>376.790</b>			<b>376.790</b>
<b>Passivos de Impostos Diferidos Decorrentes de Receitas Reconhecidas Diretamente no Patrimônio Líquido:</b>				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	443.585	-	1.878	441.707
<b>Total de Passivos de Impostos Diferidos</b>	<b>443.585</b>	-	<b>1.878</b>	<b>441.707</b>

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos de contribuição social foram calculados às alíquotas de 9% respectivamente, sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A realização destes direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.

## NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

### 16.1 – Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

## 16.2 – Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2017, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinadora Mantenedora
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinadora

## 16.3 – Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

### 16.3.1 – Transações com a Correiospar:

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“CONVÊNIO”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

### 16.3.2 – Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

### 16.3.3 – Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, plano de benefício pós-emprego, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

## 16.4 – Remuneração do pessoal chave da administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.



	Total de Membros		Correios		CorreiosPar		Postal Saúde <sup>1</sup>		Postalis	
	3º Trim. 3017	3º Trim. 3016	3º Trim. 3017	3º Trim. 3016	3º Trim. 3017	3º Trim. 3016	3º Trim. 3017	3º Trim. 3016	3º Trim. 3017	3º Trim. 3016
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>							-	-		
Conselho de Administração/Deliberativo <sup>2</sup>	24	24	246	210	137	107	-	-	239	207
Conselho Fiscal	14	14	113	102	72	61	-	-	156	151
Diretoria Executiva	20	20	3.200	2.712	729	1031	-	-	1.307	1.268
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>58</b>	<b>2.372</b>	<b>1.878</b>	<b>625</b>	<b>648</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.134</b>	<b>1.101</b>

1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

Os valores foram apurados conforme base na remuneração e benefícios do primeiro semestre de 2017.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

## NOTA 17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 17.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes\*

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	30/09/17	31/12/16
Menor salário	1.614	1.520
Maior salário	46.728	46.728
Salário médio	2.328	3.895
<b>Dirigentes</b>		
Presidente	46.728	46.728
Vice-presidentes	40.633	40.633
<b>Conselheiros</b>		
Conselho fiscal	4.131	4.475
Conselho de administração	4.131	4.475

\*Os valores referem-se à remuneração e benefícios do primeiro semestre de 2017

Brasília-DF, 30 de Janeiro de 2018.

**Guilherme Campos Júnior**  
Presidente

**Carlos Roberto Fortner**  
Vice-Presidente de Finanças  
e Controladoria

**Heli Siqueira de Azevedo**  
Vice-Presidente de Gestão  
Estratégica de Pessoas

**Demetrius Torres Guiot**  
Vice-Presidente de Administração

**José Furian Filho**  
Vice-Presidente de Negócios  
Públicos

**Francisco Eiji Wakebe**  
Vice-Presidente Comercial

**Cristiano Barata Morbach**  
Vice-Presidente de Canais

**Eugênio Walter Pinchemel  
Montenegro Cerqueira**  
Vice-Presidente de Tecnologia  
da Informação

**Miguel Martinho  
dos Santos Júnior**  
Vice-Presidente de  
Operações

**Vanessa Sandri Barbosa**  
Contadora CRC/DF 014.297/O-0